

# Os organismos internacionais e o projeto nacional-desenvolvimentista: o INEP e o projeto de modernização e democratização do país<sup>1</sup>

*Angela Maria Hidalgo<sup>1</sup>*

*Fernanda de Aragão Mikolaiczuk<sup>2</sup>*

## **Resumo**

Neste trabalho, sintetiza-se os elementos centrais do nacional-desenvolvimentismo no Brasil, evidenciando o papel ideológico do discurso da democratização do país. Contextualiza, assim, a criação do atual Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e evidencia os pressupostos teóricos que orientaram essas instituições: na área da economia política, o pensamento nacional-desenvolvimentista de influência isebina, e na área da filosofia educacional, o pragmatismo deweyano. O presente trabalho demonstra ainda a vinculação dos projetos desenvolvidos por essas instituições, com as orientações dos organismos internacionais. Ficam explícitas, portanto, as formas de materialização das relações entre o desenvolvimento econômico e os projetos educativos nesse período da história da educação brasileira.

**Palavras-Chave:** CBPE; democracia e educação; INEP; nacional-desenvolvimentismo; organismos internacionais.

---

1 Doutora em Políticas Públicas e Administração da Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atua no Departamento de Pedagogia e no Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro. [angelamhidalgo@gmail.com](mailto:angelamhidalgo@gmail.com)

2 Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro [fernandamikolaiczuk@hotmail.com](mailto:fernandamikolaiczuk@hotmail.com)

# The international organisms and the national-developmental project: INEP and the modernization and democratization project of the country

## Abstract

This work synthesizes the central elements of the National-Developmentalism in Brazil, indicating the ideological role of the democratization speech in the country. Therefore, it contextualizes the action of the actual National Institute Anísio Teixeira of Studies and Educational Researches – INEP and the Brazilian Centre of Educational Researches – CBPE, and indicates the theoretical purposes that orientate these institutions: on the area of political economy, the national-developmental thought of isebian influence, and in the area of educational philosophy, the deweynian pragmatism. The work also demonstrates the linking of the projects developed by these institutions, with the orientations of the International Organisms. It is explicit, therefore, the forms of materialization of the relations between the economic development and the educational projects during this period of the Brazilian history of education.

**Keywords:** CEBPE; democracy and education, INEP; national-developmentalism; international organizations.

## Considerações iniciais

Nas décadas de 1940, 1950 e meados da de 1960, o Brasil desenvolve uma política econômica sustentada pelo desenvolvimentismo e, no âmbito político e ideológico pelo nacionalismo, ambas, legitimadas pela democracia populista. Assim, pode-se afirmar que, frente aos diferentes interesses de classes, o Estado brasileiro utilizou-se do populismo e do nacionalismo como estratégias para legitimar suas ações no âmbito econômico. Maranhão (1981, p. 259) explica que a democracia populista foi “garantida principalmente por concessões parciais do setor dominante

às classes subalternas, bem como pela capacidade relativa do Estado de atender demandas empresariais, muitas vezes conflitantes, ampliando o nível de emprego”.

No âmbito educativo, esse período correspondeu a um impulso significativo na direção da modernização dos sistemas de ensino do país, contando com a criação do atual Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), que desenvolveram pesquisas na área e ainda investiram na elaboração de material instrucional e em projetos de formação de professores.

Ao longo deste artigo, demonstramos que esses órgãos estiveram intimamente vinculados aos organismos internacionais, com destaque para o Banco Mundial (BM) e para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que atuaram no país com o intuito de colaborar com o desenvolvimento do sistema de ensino de forma consonante com os interesses do processo de democratização dos Estados Unidos da América (EUA) para os países periféricos latino-americanos.

Nesse contexto, posterior à Segunda Guerra Mundial e após a queda do Estado Novo de Vargas (1937-1945), sucederam-se governos de cunho nacionalistas<sup>4</sup> e populistas no Brasil. Bresser-Pereira (2004) explica que a democracia nos anos 1950 se manifestou por meio do populismo, entretanto, avalia que: “[...] o populismo político podia não ser uma forma ideal de comportamento político, mas era a primeira manifestação da democracia, na medida em que abria espaço para que o povo pela primeira vez se manifestasse politicamente”. (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 25).

Não obstante o reconhecimento das possibilidades abertas para a atuação política dos representantes dos trabalhadores nesse período da história do país, apontamos a análise de Zuluaga Nieto (2008), que indica que os valores da liberdade e da democracia se constituíram nos elementos-chave dos EUA, na disputa com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), pelas áreas de influência no contexto da Guerra Fria.

---

4 No entanto, compreende-se que o nacionalismo utilizado como estratégia política não impediu que as influências estrangeiras (materiais e ideológicas) fossem decisivas para a consolidação do processo de industrialização no país. Contrariando assim a própria ideologia nacionalista, defendida pelo pensamento econômico vinculado ao setor público nacionalista.

En el terreno ideológico, la confrontación se dio entre la libertad y la democracia, de un lado, y la dictadura del proletariado, del otro. El partido único y la ausencia de elecciones universales y de espacios para la oposición política en los llamados países socialistas fortalecieron la idea de que la libertad y la democracia eran patrimonio de Occidente y, en particular, de EE.UU, que logró construir una simbología eficaz que presentó estos valores como su inalienable patrimonio histórico asociado a su capacidad para generar riqueza. (ZULUAGA NIETO, 2008, p. 240).

Portanto, esses valores consubstanciaram os princípios fundamentais dos discursos políticos liberais e orientaram a organização das instituições sociais dos países alinhados aos EUA nos anos 1950, assim como das propostas político-pedagógicas para os sistemas de ensino, expressas no Brasil, sobretudo, pelo movimento da Escola Nova.

Destacamos que as críticas feitas às estratégias de utilização dos valores da democracia liberal, para a manutenção e até mesmo proteção do capitalismo, diante da ameaça comunista, não implica negação do regime democrático e desses princípios para a organização dos sistemas de ensino e instituições educativas em particular<sup>5</sup>.

É evidente no Brasil, principalmente nas décadas de 1940, 1950 e meados da década de 1960, período do surgimento e desenvolvimento do nacional-desenvolvimentismo, tanto a fragilidade do sindicalismo, quanto às estratégias dos governos que intermediavam os conflitos gerados pelas demandas por melhorias das condições de vida por parte dos trabalhadores urbanos, rurais e setores médios, assim como as medidas de modernização econômica e social que acirravam as contradições entre as frações da classe dominante, principalmente entre os interesses do capital agrícola e industrial, nacional e internacional e financeiro. Portanto, as lideranças políticas articulam-se aos segmentos dos trabalhadores na obtenção de apoio eleitoral, atendendo parcialmente às reivindicações, numa prática caracterizada pela manipulação das massas (SANTIL, 2010).

---

5 Contribui para esta reflexão, a discussão atual dos autores marxistas sobre a democracia na atualidade, a partir, sobretudo, das obras de Marx e Engels. Boron, 2001, indica que Engels no texto “Introdução à luta de classes na França de 1898, defende a tese da revalorização das potencialidades abertas ao movimento trabalhista pelo voto universal e pelo novo ‘peso’ do Estado nos capitalismo democráticos, e suas consequências sobre a estratégia das forças socialistas” (BORON, 2001, p. 101).

Para além das estratégias da democracia populista explicitadas acima, houve na história das políticas desenvolvimentistas, adotadas pelo Estado brasileiro, outra estratégia estatal que objetivava consolidar o desenvolvimento econômico no país: a política de financiamento externo<sup>6</sup>. Durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, o país dá grande abertura à entrada do capital internacional na economia, seja de forma indireta, por meio de empréstimos, ou de forma direta, por meio de investimentos na indústria nacional (BATISTA; CLARK; PADILHA, 2011). Exemplo disso é a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criada em 1955, durante o Governo Café Filho (1954-1955), pelo então Ministro da Fazenda Eugênio Gudin Filho, com o objetivo de buscar no capital externo uma forma de financiar o processo de acumulação econômica do país (MARANHÃO, 1981). Essa política de financiamento externo se alastrou e se estendeu durante toda a gestão do Governo JK.

A Instrução 113, baixada no início de 1955 pelo fiel partidário de Gudin e chefe da SUMOC, Otávio Gouveia de Bulhões, permitia investimentos estrangeiros diretos sem cobertura cambial, assegurando ao investidor estrangeiro a importação de equipamentos industriais segundo uma classificação prioritária dada pelo governo. Mantida essa tendência no período Kubitschek, ela obrigaria os industriais brasileiros a se associarem a estrangeiros, abrindo a estes uma ampla gama de facilidades. Juscelino permitiu nos seus “Cinquenta Anos em Cinco” a instalação da indústria de bens de consumo durável, ampliando a de bens de produção como setor decisivo. (MARANHÃO, 1981, p. 264).

Para além da atuação de empresas internacionais na economia brasileira, do investimento material promovido pelo capital estrangeiro nas indústrias no período estudado, considera-se imprescindível salientar

---

6 Faz-se importante comentar que haviam discordâncias teóricas em relação aos investimentos estrangeiros em solo brasileiro. Bielschowsky (2000) explicita as seis grandes correntes de pensamento econômico elaboradas nesse período e as posições, por vezes contraditórias e ecléticas, de cada uma frente as políticas de financiamento externo. A corrente neoliberal e o setor público não-nacionalista, eram favoráveis aos investimentos estrangeiros, estes, por meio de estímulos; o setor privado apoiava as políticas de financiamento externo, desde que com controles; já o setor público nacionalista (objeto de estudo nesta pesquisa) era favorável ao capital estrangeiro, desde que com controles e em setores outros que não os de serviços públicos e mineração; a corrente socialista era enfaticamente contrária ao capital estrangeiro, exceto quando este capital torna-se capital de empréstimo; o pensamento independente de Ignácio Rangel acreditava que havia de existir controles sobre o capital estrangeiro, mas não era desfavorável, exceto em mineração, serviços públicos e como capital de empréstimo (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 242-243).

a materialização do pensamento econômico da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Esse pensamento orientou as políticas desenvolvimentistas brasileiras em sua primeira fase de elaboração teórica sobre o processo de modernização econômica do país em bases industriais. Outro papel importante cumprido pela CEPAL foi a formação intelectual dos economistas brasileiros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que são aqueles que orientaram ideologicamente as políticas desenvolvimentistas brasileiras durante o Governo JK. É, também, a partir do pensamento isebino que as ações educacionais do INEP e do CBPE serão irradiadas no território nacional, com o propósito de aliar educação e desenvolvimento do país.

Portanto, para a discussão sobre as políticas desenvolvimentistas elaboradas no período estudado, faz-se importante observar os pressupostos teórico-metodológicos que consubstanciaram as ações econômicas dos governos federais nesse período, compreendendo que as influências da teoria econômica internacional irão consolidar as ações estratégicas do Estado brasileiro na área da economia e, também, na área da educação, pois serão discutidas mais adiante as influências dos organismos internacionais no interior do INEP e no CBPE; este, com seus respectivos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE).

## **1 Os pressupostos teóricos que orientaram o INEP e o CBPE: ligações estabelecidas entre o pensamento econômico e o pensamento educacional**

O INEP, a partir de sua fundação em 1937, tornou-se o irradiador do pensamento educacional brasileiro nas décadas de 1940, 1950 e 1960, além de subsidiar, com a produção de estudos e pesquisas sobre a realidade educacional no país, as políticas voltadas para a educação. Nesse sentido, faz-se importante compreender os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram as ações desse órgão de estudos e pesquisas e da sua rede de articulação (CBPE-CRPE).

É a partir da gestão de Anísio Teixeira, quando eleito em 1952, que o

---

7 Para melhor situar a cronologia da criação dos órgãos citados neste trabalho enfatiza-se que INEP foi criado em 1937, o CBPE foi criado em 1955 e os CRPE foram criados em 1956.

INEP assume a mesma lógica desenvolvimentista do Estado brasileiro. Portanto, identificamos no interior do INEP, da área da economia política, o pensamento nacional-desenvolvimentista de influência isebina, assim como da área da filosofia educacional, o pragmatismo deweyano.

Desta forma, é possível afirmar que as elaborações teóricas produzidas pelo ISEB com origens no pensamento econômico cevalino confluíram com as presentes no interior das ações e do pensamento do INEP, e que ambos os institutos se constituíram em centros de estudos e pesquisas muito importantes para o país, principalmente na década de 1950 e meados da década de 1960. Segundo Chaves (2006): “[...] os intelectuais do Inep e do Iseb tinham algo em comum: a produção de estratégias que pusessem fim ao atraso colonial do país por meio da elaboração de uma razão prática de cunho político que alçasse a nação ao seu desenvolvimento econômico, social e político”. (CHAVES, 2006, p. 724).

Logo, o ISEB e o INEP, durante as políticas desenvolvimentistas do período estudado, eram órgãos independentes, com pensamentos ecléticos e que convergiam no interior do Ministério da Educação para um mesmo propósito: elaborar políticas de desenvolvimento econômico para modernizar a economia brasileira (CHAVES, 2006).

Em seu discurso de posse de diretor do INEP, Anísio Teixeira faz menções à Revolução Industrial e às funções que o instituto deveria assumir para contribuir com o desenvolvimento do país, aliando o processo econômico com a educação.

Estamos, com efeito, a fazer, agora, a nossa revolução industrial, melhor, diríamos, tecnológica, com o seu ról de consequências em nosso modo prático de viver, na divisão do trabalho, no surgimento da produção em massa, no enriquecimento nacional e na crescente urbanização da vida brasileira (TEIXEIRA, 1952, p. 70).

Desta forma, o

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos tem de tentar uma retomada de consciência na marcha da expansão educacional brasileira, examinar o que foi feito e como foi feito, proceder a inquéritos esclarecedores e experimentar medir a eficiência ou ineficiência de nosso ensino (TEIXEIRA, 1952, p. 76).

Percebe-se no discurso de Anísio Teixeira alguns elementos

pertencentes ao contexto das políticas desenvolvimentistas que vinham irrompendo o território brasileiro, com o objetivo de superar os elementos de “atraso socioeconômico” estabelecidos pelas origens agrárias e adentrar na era industrial. Com efeito, a educação era vista como alavanca para o tão sonhado progresso, e o INEP, nesse contexto, deveria tomar para si a responsabilidade pela modernização do ensino no país, adequando-o ao processo de modernização via industrialização e urbanização.

Cardoso (1977, p. 178 *apud* CUNHA 1991, p. 183) explicita que a educação no governo JK “aparecia estreitamente vinculada ao desenvolvimento, como se fosse um instrumento a serviço deste”. Cunha (1991) desenvolve a ideia de que a educação no programa de metas do governo JK ficou condicionada à formação técnica dos trabalhadores, para que estes pudessem contribuir com a industrialização do país. Ou seja, na década de 1950, a educação profissionalizante surge como alavanca da indústria brasileira<sup>8</sup>.

A partir dessa visão instrumental de educação, coexiste no interior do INEP, o pensamento que conduzia as ações do instituto: o pragmatismo de caráter deweyano. Nessa perspectiva, as ações desenvolvidas pelo INEP a partir da gestão de Anísio Teixeira e pelo CBPE a partir da sua criação em meados dos anos 1950, até meados dos anos 1960, estavam sendo conduzidas por uma visão pragmática e/ou instrumentalista. Segundo Chaves (2006, p. 708), o pragmatismo constituiu-se historicamente “quando Francis Bacon critica o racionalismo e procura construir um novo método científico que tenha como referência os fatos concretos advindos da experiência. Essa postura faz com que a filosofia irrompa na modernidade, transformando a experiência em uma noção científica”. E é a partir da ênfase no concreto e naquilo que se faz de forma prática e imediata que a filosofia pragmatista encontra lugar nas políticas desenvolvimentistas de um país que estava vivenciando um projeto de modernização. Nesse contexto, as teorias devem tornar-se

---

8 Nesse sentido, percebe-se uma continuidade com a situação atual, ou seja, a relação educação, formação profissional e desenvolvimento é algo recorrente, especialmente sob o ponto de vista da fração industrial burguesa (MELO, 2012).

instrumentos de ação e não apenas respostas aos problemas e dilemas de uma sociedade em transformação (CHAVES, 2006).

Para Mendonça e Xavier (2011, p. 8-9), o pragmatismo deweyano do INEP buscava utilizar os conhecimentos científicos na resolução dos problemas educacionais reais e concretos, além de que se utilizava do “experimentalismo” como método para ajustar a escola ao processo de desenvolvimento (a crença de que a escola era o agente de mudança cultural); finalmente, o INEP utilizava-se do pragmatismo deweyano como “democracia”, uma vez que o instituto tinha a função de formar a tal consciência comum necessária para o desenvolvimento do país. Segundo Cardoso (1977, p.178 *apud* CUNHA, 1991, p. 183) o pragmatismo existente no interior do INEP tratava “de colocar a educação diante das necessidades concretas e não de ideais”.

Cunha (2000) indica o esforço de Anísio Teixeira em demonstrar que o pensamento de Dewey não apresenta um reducionismo cientificista na área da educação, ou seja, identifica uma articulação entre a ciência e a filosofia no pensamento do autor norte-americano, pela valorização da prescrição de princípios e métodos científicos na constituição de uma pedagogia moderna, sem a exclusão dos valores, presentes na defesa do princípio democrático.

Nesse sentido, a função da escola para as correntes desenvolvimentista e pragmatista seria a de “preparar os quadros para os novos postos de trabalho exigidos pelo desenvolvimento” (CARDOSO, 1977, p. 178-180 *apud* CUNHA, 1991, p. 183); acrescentamos, por meio da constituição de um sistema educativo organizado pelos princípios modernos da ciência educativa e pelos valores democráticos. Daí a necessidade de se criar uma instituição que desempenhasse a função de desenvolver pesquisas na área da educação, difundi-las por meio de materiais didáticos e pela formação docente.

A partir desse contexto, compreende-se que é no interior do INEP que o desenvolvimentismo e o pragmatismo vão construindo a relação entre educação e desenvolvimento, pois, segundo Chaves (2006),

o Inep, por intermédio de Anísio Teixeira, ao vincular os objetivos da escola aos interesses do desenvolvimento econômico, revela sua sintonia com o pensamento desenvolvimentista formulado

no Iseb e reforça a hipótese de que este, de algum modo, podia ser considerado como um espaço de irradiação de algumas idéias que influenciaram a produção de uma política educacional de base pragmatista. Ou melhor, na medida em que no interior do Inep a educação era vista não apenas como “um processo de formação e aperfeiçoamento do homem, mas um processo econômico de desenvolver o capital humano da sociedade” (Teixeira, 1957, p. 28), essa instituição se afinava com o pensamento isebiano e, em última instância, contribuía para a formação dos novos quadros para atender às exigências dessa nova etapa de desenvolvimento econômico nacional. (CHAVES, 2006, p. 718).

Nesse sentido é que Cunha (1991) afirma que o ideário educacional difundido nos anos 1950 e em conformidade com as políticas desenvolvimentistas é puramente instrumental, pois “a educação deveria assumir um papel instrumental diante da condição histórica, política, econômica e social em que se encontrava o país” (CUNHA, 1991, p. 186); além desse caráter instrumental, nada mais havia de ser feito em matéria de educação, pois o próprio Anísio Teixeira, em seu discurso de posse do INEP, afirma que a educação brasileira até então praticada em nosso país não passava de uma educação “livresca e ornamental” (TEIXEIRA, 1952, p. 72), e que a partir de então a educação deveria satisfazer a outros ideais, o da revolução industrial e da construção de uma “consciência nacional, indispensável à reconstrução escolar” (TEIXEIRA, 1952, p. 77).

Portanto, a partir das sistematizações acima descritas, compreende-se que o desenvolvimentismo e o pragmatismo foram os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram as ações do INEP e dos Centros de Pesquisas Educacionais (CBPE e CRPE) no período estudado, das políticas desenvolvimentistas brasileiras, e que contribuíram substancialmente para a construção da relação existente entre educação e desenvolvimento, na medida em que “este último” seria viabilizado pela primeira, que, então, seria um instrumento de alavanca do progresso e crescimento econômico, no contexto do Pós-Guerra e da Guerra Fria, em que são criados organismos internacionais que irão atuar para influenciar nas políticas educativas dos distintos países da América Latina e da Europa.

## 2 O INEP, o CBPE e os CRPE no interior do Ministério da Educação: contribuições para a educação nacional e/ou abertura às propostas dos organismos internacionais?

Na construção deste trabalho, procurou-se apontar as ações do INEP, do CBPE e dos CRPE no contexto da educação brasileira durante o período das políticas desenvolvimentistas nas décadas de 1940, 1950 e 1960, buscando sistematizar os pensamentos educacional (pragmatismo deweyano) e econômico (nacional-desenvolvimentismo isebino) que, nesse período, convergiam para a construção da relação entre educação e desenvolvimento econômico, como se, educação e desenvolvimento econômico, fossem processos retroalimentáveis e acriticamente convergentes.

Logo, no Quadro 1 é apresentada uma síntese das principais ações do INEP e dos seus Centros de Pesquisas Educacionais (CBPE e CRPE) para a educação brasileira no contexto das políticas desenvolvimentistas no período estudado.

**Quadro 1** – A atuação do INEP na educação brasileira por meio de uma “rede de articulação” (INEP-CBPE-CRPE)

<b>Três linhas de atuação – Divisões do CBPE</b>		
1ª) Divulgação e produção de materiais didáticos de orientação teórica para os sistemas de ensino do país	2ª) Criação e desenvolvimento de escolas experimentais que propiciassem a formação de uma “consciência comum”, necessária para o desenvolvimento do país em bases modernas	3ª) Atuação na formação docente, realizada por meio do intercâmbio de profissionais nacionais e estrangeiros
↓		↓
Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais – DEPE	↓	Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério – DAM
↓	Divisão de Pesquisa Social – DEPS	
Divisão de Documentação e Informação Pedagógica – DDIP		

---

## Três linhas de atuação - Divisões do CBPE

---

- Criada em 1941 → Revista Brasileira de Educação → divulgar os resultados das pesquisas, estudos e ações do INEP;
- Criada em 1956 → Revista Educação e Ciências Sociais → divulgar as ações do CBPE;
- Campanha do Livro Didático e Material de Ensino – CALDEME → criada para desenvolver material didático de qualidade para as escolas;
- Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar – CILEME → criada para verificar a situação do ensino médio e elementar no país → estudo detalhado do estado do PR → CRPE de SP + USP → Erasmo Pilotto;
- Auxílio das universidades latino-americanas → investigações em matéria de educação;
- Escola de experimentação da Bahia → Centro Educacional Carneiro Ribeiro;
- Escola de experimentação do Rio de Janeiro → Escola Guatemala;
- Estudos de comunidade → as pesquisas no âmbito da educação foram regionalizadas → o conhecimento das regiões brasileiras e seus principais problemas educacionais;
- Entre 1958 e 1961 → dois programas de pesquisa → o Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório → o Programa de Pesquisas sobre os Processos de Urbanização e Industrialização no Brasil e seus Efeitos sobre a Educação e a Sociedade;
- Aos CRPE → caberia o aperfeiçoamento e a especialização do professor primário e do curso normal;
- Curso de Especialistas em Educação para América Latina → este curso fazia parte do Projeto Maior nº 1 da Unesco, em parceria com o Ponto IV, e foi promovido pelo CBPE/CRPE de São Paulo → de 1958 a 1963 → realizaram-se 5 cursos;
- Cursos para a formação de especialistas em gestão escolar e cursos para a formação de intelectuais pesquisadores na área educacional;
- UNESCO-CRPE → intercâmbio de profissionais → cursos de formação e aperfeiçoamento de professores, diretores e supervisores de escolas normais;
- Seminários estratégicos → com a assistência de técnicos estrangeiros → destinado ao aprimoramento de pessoal envolvido com o treinamento e o aperfeiçoamento de professores em exercício no País;
- UNESCO → cedeu 20 bolsas de estudos → preparar especialistas de diversos Estados brasileiros → articulação com os CRPE;
- Auxílio das universidades latino-americanas → o estabelecimento de um número limitado de bolsas de estudos para professores e alunos brasileiros;
- Seminário Interamericano sobre Planejamento Integral da Educação (Unesco/OEA/Cepal) → cursos → treinar em pesquisa educacional trabalhadores dos staffs dos vários Centros de Pesquisas Educacionais do Inep e assessores técnicos da administração educacional dos Estados brasileiros;
- Planos de assistência técnica → de origem estrangeira → ONU, OEA e Ponto IV;

---

Fonte: Elaborado pela autora com base em Chaves, 2006; Cunha, 2011; Ferreira, 2008; Mendonça; Xavier, 2011; Xavier, 1999.

A partir dos dados contidos no quadro acima, é possível verificar que as ações do INEP, do CBPE e dos CRPE descentralizaram-se em função das diferentes preocupações existentes no âmbito da educação (produzir dados, material didático, divulgação de estudos e pesquisas, escolas de experimentação, formação do pessoal docente e especialistas em educação, intercâmbio para formação). No entanto, chama a atenção, a ligação existente entre o INEP, sua “rede de articulação” (INEP-CBPE-CRPE) e os organismos internacionais.

Portanto, ao longo da construção deste texto, pode-se verificar, mais enfaticamente, as influências dos organismos internacionais, tanto para a área da economia, como para a área da educação. Sobre essas influências, admite-se neste trabalho, a hipótese de que o INEP e a sua rede de articulação (CBPE-CRPE), durante a gestão de Anísio Teixeira, constituíram-se no interior do Ministério da Educação como agentes elaboradores, difusores e internalizadores das propostas educacionais oriundas dos organismos internacionais para a educação nos países em desenvolvimento da América Latina, nesse caso em específico, o Brasil.

Destacamos que os princípios teóricos defendidos por esses organismos foram constituídos por pensadores de diferentes países. No caso da UNESCO, Anísio Teixeira foi contratado, no ano de 1946, pelo Secretário Executivo da Comissão de Preparação da UNESCO, à época Julien Huxley, como Conselheiro em Educação com incumbência de colaborar “na elaboração de um relatório que sirva de plano para a agenda da I Conferência da UNESCO em novembro, em Paris” (HUXLEY, 1946, p. 73). Posto este, que foi ocupado pelo educador brasileiro.

Uma das influências mais significativas nos anos 1950, da atuação dos organismos internacionais na educação brasileira, foi a aprovação do Projeto Maior nº 1 da UNESCO<sup>9</sup>, que viabilizou a formação em massa de profissionais ligados a área da educação. Objetivo esse que constituía a terceira linha de atuação do INEP, do CBPE e dos CRPE

---

9 As orientações contidas no Projeto Maior nº 1 da UNESCO podem ser consultadas na síntese elaborada pelo professor Paulo de Almeida Campos, na época, professor da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais - DEPE, do CBPE. A referência do documento é: Projeto Maior nº 1 da UNESCO. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 70, p. 84-88, abr./jun. 1958. Disponível em: <<http://goo.gl/nf63ZI>>. Acesso em: 27 maio 2012.

(atuação na formação docente, realizada por meio do intercâmbio de profissionais nacionais e estrangeiros) para a transformação dos sistemas de ensino no país.

Segundo Xavier (1999), o Curso de Especialistas em Educação para a América Latina, que fazia parte do Projeto Maior nº 1 da UNESCO, demonstra a materialização das propostas educativas dos organismos internacionais para a América Latina. Pois, segundo a autora (1999),

Dentre os cursos ministrados pela Depe, o que alcançou maior impacto foi o Curso de Especialistas em Educação para América Latina. Este curso fazia parte do Projeto Maior nº 1 da Unesco, em parceria com o Ponto IV<sup>10</sup>, e foi promovido pelo CBPE/CRPE de São Paulo. O Projeto Maior nº 1 da Unesco apresentava como meta geral promover a generalização e melhoria do ensino primário e a formação de professores e especialistas em educação na América Latina. O curso tinha duração prevista para um período de 10 anos, a começar em 1957, e propunha-se a promover a formação universitária de especialistas em educação (administradores, inspetores, conselheiros, diretores de escolas, etc.). (XAVIER, 1999, p. 87).

Além desse curso, Cunha (1991) chama a atenção para outras parcerias que foram estabelecidas entre o INEP e os organismos internacionais.

Aspecto que chama a atenção nas matérias de ambos os boletins<sup>11</sup> é a marcante participação de organismos internacionais nas atividades dos Centros. Desde a posse de Anísio Teixeira à frente do INEP já se destacava a presença da UNESCO. Otto Klineberg, Charles Wagley e Jacques Lambert foram os técnicos da UNESCO que tiveram influência na definição dos objetivos do CBPE e, juntamente com Andrew Pearse, Bertram Mutchinson e Robert James Havighurst, estiveram presentes nos primeiros anos de funcionamento desse Centro; aliás, a própria instituição do referido órgão resultou de um plano de cooperação entre o INEP e a UNESCO, onde se previa, inclusive, a indicação de um membro da Direção de Programas do CBPE pelo organismo internacional. (CUNHA, 1991, p. 185).

---

10 "O Ponto IV foi um Programa de Cooperação Técnica Internacional proposto em 1949 pelo presidente dos EUA, Harry Truman, aos países da América Latina. Consubstanciando o quarto ponto do discurso do presidente norte-americano, o programa propunha acordos de cooperação técnica e o intercâmbio de serviços técnicos especiais, abrangendo as áreas de economia, administração pública, saúde, educação, alimentação, etc. Na área da educação, o Ponto IV dedicou-se à formação de professores que, por sua vez, viessem a formar profissionais para a indústria" (ABREU; BELOCH, 1984 *apud* XAVIER, 1999, p. 87).

11 O autor se refere aos boletins do CBPE e dos CRPE divulgados por meio das revistas, respectivamente, Educação e Ciências Sociais e da Revista Pesquisa e Planejamento, esta, pertencente ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo - CRPE/SP (CUNHA, 1991, p. 184).

Sobre essas parcerias estabelecidas entre o Brasil e os organismos internacionais faz-se necessário ressaltar que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, os Estados Unidos buscou afastar qualquer ameaça ideológica que pudesse colocar em dúvida o modo de produção capitalista. São os presságios da futura Guerra Fria (1945-1991). Nesse sentido, fazia-se necessário investir nos países periféricos, como o Brasil, para que as ideologias comunistas fossem dilaceradas. Logo, é possível inferir que os investimentos estrangeiros nos Centros de Pesquisas (nacional e regionais) do INEP viabilizaram-se, de certa forma, e também para impedir que as ideologias comunistas alterassem o caminho para a democracia, compreendida dentro da perspectiva liberal e populista nesse período. Dessa forma, as influências ideológicas e financeiras dos organismos internacionais (UNESCO, CEPAL, OEA) no país, foram fundamentais para manter a ordem vigente que os Estados Unidos e outras nações almejavam para a política econômica mundial pós-guerra, nos países latino-americanos (CUNHA, 1991).

No entanto, além dos organismos internacionais, nota-se também a presença de uma operação criada pelo governo JK, em 1958, a Operação Pan-Americana (OPA), com o intuito de desenvolver, de forma autônoma, uma organização para pressionar os Estados Unidos para que este passasse a atuar mais eficientemente no financiamento das economias dos países da América Latina, pois havia a crença, segundo Vieira (1985), que os investimentos estrangeiros no Brasil seriam a

solução para a vitória da democracia, portanto, estaria na industrialização e no desenvolvimento econômico, que trariam o bem-estar social a toda a população – e para isso a ajuda externa seria imprescindível. Auxiliar os países periféricos seria um esforço empreendido no sentido de *defender o sistema democrático* contra as ameaças provindas das “ideologias anti-democráticas”, enfim, do *comunismo*”. (VIEIRA, 1985, p. 71-73 *apud* CUNHA, 1991, p. 178, grifo nosso).

Compreende-se, nesse sentido, que a OPA foi uma operação criada pelo governo JK para desenvolver a política externa de financiamento, com objetivos claros de manter a segurança do modelo ideológico do Ocidente. Segundo Juscelino Kubitschek, em seu discurso, em 1958, um

dos pontos centrais da política externa de seu governo, e que orienta a criação da OPA é a

concepção de que o subdesenvolvimento dessas regiões, “não é um fenômeno apreciável somente em termos econômico, pois sua manutenção torna difícil ‘difundir o ideal democrático e proclamar a excelência da iniciativa privada’. Tais expressões significam, em última análise, que o subdesenvolvimento expõe os países da América Latina à influência da ideologia comunista” (KUBITSCHKEK, 1958, p. 138-140 *apud* CUNHA, 1991, p. 179).

Logo, o governo JK tinha objetivos urgentes com a criação da OPA: estabelecer parcerias com os Estados Unidos, na medida em que este se tornasse o principal financiador do processo de desenvolvimento econômico do Brasil e, segundo Cunha (1991, p. 179), essa parceria aconteceria mediante o estabelecimento de “programas de assistência técnica”.

Portanto, compreende-se que, se o objetivo do CBPE, no interior do INEP, nas palavras de Xavier (1999, p. 82), era de “promover o desenvolvimento de pesquisas sobre educação, a fim de subsidiar as políticas públicas do setor implementadas no País”. Nota-se que esse objetivo foi, em parte, viabilizado pelos recursos, materiais e humanos, fornecidos pelos organismos internacionais. No entanto, é possível inferir que as ações do INEP, do CBPE e dos CRPE ficaram muito mais no plano de abertura do país às propostas oriundas dos organismos internacionais para a manutenção da democracia capitalista, do que no plano de contribuições para a construção de um sistema moderno de ensino no país.

As parcerias estabelecidas, entre o Brasil e os organismos internacionais, garantiram que o pensamento americano sobre educação e formação de profissionais para a educação fosse largamente difundido no território brasileiro. Logo, a construção das políticas públicas voltadas para a educação já estava sendo delineada pelo pensamento, hegemônico e liberal, dos organismos internacionais, discussão essa que atualmente preocupa os intelectuais que discutem a reprodução do pensamento burguês, por meio de políticas públicas condicionadas por esses organismos<sup>12</sup>.

---

12 Sobre os intelectuais que discutem as influências dos organismos internacionais na atual política educacional brasileira, ver: Barone (1999); Evangelista (2001); Oliveira (2005); Shiroma; Moraes; Evangelista (2007); Silva (2005).

Nesse sentido, é possível inferir que as ações do INEP a partir de 1940, do CBPE e dos CRPE a partir de meados de 1950, em consonância com as orientações oriundas dos organismos internacionais, fizeram da educação um lócus privilegiado para a formação de atitudes e comportamentos necessários ao processo de industrialização que o país estava vivenciando nesse período, pois, segundo Xavier (1999, p. 90, grifo do autor), “o projeto do CBPE correspondeu aos ideais desenvolvimentistas alimentados nos anos 50, consubstanciando a crença no planejamento racional das políticas públicas e incorporando a esperança no papel da educação como fator de *progresso cultural* e de estabilização social”. E a educação nesse contexto, segundo os autores Batista, Clark, e Padilha (2011, p. 1), tornou-se um “instrumento de capacitação e qualificação de mão-de-obra para o recente processo de industrialização instaurado no Brasil”.

Dessa forma, compreende-se que os organismos internacionais influenciaram significativamente as ações do INEP e dos seus centros, de estudos e pesquisas, principalmente no tocante a formação de especialistas em Educação, que tão logo seriam os responsáveis pela formação do trabalhador para indústria. Nesse sentido, a conformação da educação voltada para atender as políticas desenvolvimentistas dos anos 1940, 1950 e 1960, corrobora a formação e a qualificação desse trabalhador, de maneira que fiquem condicionadas à forma e ao conteúdo do pensamento internacional. E como Kuenzer (1995) explicita, a qualificação desse trabalhador, no sistema capitalista, passa por um processo intenso de desqualificação, uma vez que a

história da formação do trabalhador no capitalismo é a história de sua desqualificação. Fato esse apontado por Marx e que permanece encoberto nas obras economistas burguesa, cujo discurso é o da qualificação como resultado para o desenvolvimento do capitalismo. Para explicar esta história, Marx remonta ao surgimento da produção capitalista como um modo de produção caracterizado por determinadas relações de produção que trazem, como um dos resultados a exploração do trabalho humano e a sua alienação. (KUENZER, 1995, p. 32 apud BATISTA; CLARK; PADILHA, 2011, p. 7).

Faz-se notável as influências dos organismos internacionais no

interior das ações do INEP e do CBPE, com seus CRPE, no período estudado. No entanto, essas influências precisam ser analisadas do ponto de vista da construção histórica da dependência dos Estados nacionais em relação a uma agenda mundial mais ampla de educação, elaborada por esses organismos internacionais (BOMFIM, 2012).

Há uma política internacional adotada por esses organismos que, em troca de empréstimos cedidos aos Estados nacionais, estes, por sua vez, permitem que os organismos internacionais influenciem as reformas do Estado em matéria de economia e educação (SILVA, 2005). Essa política de influência internacional é mais visível a partir dos anos 1990, quando há a internacionalização dos mercados. Sobre esse processo, de influência dos organismos internacionais nas reformas dos Estados Nacionais, Hidalgo (2010) explicita que a

ampliação do fenômeno da globalização com o desenvolvimento de novas tecnologias, a intensificação da concorrência intercapitalista e a hegemonia do capital financeiro, na década de 90, têm provocado alterações no papel dos Estados Nacionais. Opera-se uma redução do controle do Estado sobre os movimentos do capital e um processo de subjugação do Estado pelas empresas transnacionais, concomitantemente com o *aumento de autoridade das agências mundiais de financiamento. Por meio dos empréstimos concedidos por esses organismos internacionais são implantadas reformas do Estado*, que partem do pressuposto de que a causa da crise pela qual passam os Estados é atribuída à ineficiência do setor público, enquanto que o setor privado e as relações de mercados são indicadas como instâncias de eficiência e qualidade. *A educação assume uma centralidade como elemento impulsionador do desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento* e, em função disso, são empreendidas reformas nos sistemas de ensino que buscam obter melhores níveis de qualidade, através da sua modernização. (HIDALGO, 2010, p. 3, grifo nosso).

Sobre esse processo de influência dos organismos internacionais sobre os sistemas de ensino dos Estados Nacionais a partir dos anos 1990, apontado pela autora, e as orientações da UNESCO para o INEP a partir da década de 1940 e para os seus Centros de Pesquisas Educacionais a partir de meados da década de 1950 até meados da década de 1960, é possível inferir que no período das políticas econômicas brasileiras, de substituição de importações e consolidação da indústria, os organismos

internacionais já influenciavam a educação brasileira no que era tocante à formação dos trabalhadores, pois o Ministério da Educação garantia autonomia suficiente para que o INEP, com seus centros de estudos e pesquisas, firmasse parcerias com esses organismos, principalmente com a UNESCO. Portanto, é possível afirmar que a agenda mundial sobre educação, dos organismos internacionais, já vinha materializando-se na educação brasileira das décadas de 1940, 1950 e 1960, por meio das parcerias estabelecidas entre o INEP e esses organismos.

## **Considerações finais**

O presente trabalho procurou identificar e demonstrar a materialização das influências educacionais do INEP e do CBPE no contexto das políticas desenvolvimentistas brasileiras nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Pretendeu-se, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, sistematizar algumas das ações e ideologias presentes nesses órgãos, de estudos e pesquisas, contribuindo para a construção da relação existente entre educação e desenvolvimento e, contribuindo para a sistematização de algumas das parcerias que o Brasil estabeleceu com os organismos internacionais para os setores da economia e da educação no período estudado.

É possível considerar, a partir da pesquisa desenvolvida para o presente trabalho, que o INEP e a sua rede articulada de centros de estudos e pesquisas se constituíram em uma estrutura burocrático-estatal muito coerente com o período do desenvolvimentismo brasileiro do período estudado, fazendo convergir duas formas de pensamentos distintos, mas complementares: o pragmatismo deweyano, presente no interior do INEP, e o nacional-desenvolvimentismo, presente no interior do ISEB.

Faz-se necessário considerar que a atuação dos centros de estudos e pesquisas do INEP influenciaram, significativamente, a maneira de produzir dados e fazer pesquisa educacional no Brasil, além de estabelecerem parcerias educacionais com os organismos internacionais, o que influenciou a formação do pensamento educacional no país. Quando, no ano de 1972, os CRPE foram extintos e mais tarde, em 1976, foi a vez do CBPE ser extinto do campo educacional brasileiro, fatos

estes, dados em função da Ditadura Militar estabelecida como regime político no Brasil nesse período, pode-se afirmar, com toda certeza, que houve uma ruptura na construção da pesquisa educacional que vinha se estabelecendo no Brasil, pois nota-se que foi a partir da criação desses centros, de estudos e pesquisas, que a produção de dados sobre a realidade educacional brasileira passou a ser valorizada como um elemento central para se pensar as ações destinadas a área da educação.

A ênfase que se atribuiu ao papel da industrialização, como promotora do desenvolvimento econômico, social e político, influenciou a formação dos intelectuais brasileiros que pensavam os processos econômicos e educacionais nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Logo, considera-se fundamental a pesquisa desse período histórico, principalmente dos anos 1950, para compreender a educação brasileira e as suas influências, nacionais e internacionais. Estabelecidas fortemente nesse momento.

A partir deste trabalho, foi possível verificar diversos organismos internacionais que orientaram o período de estruturação da indústria no Brasil, além de verificar a convergência do pensamento econômico desses organismos na condução das ações que se fizeram no âmbito da educação. Acredita-se, que o estudo mais aprofundado desses organismos internacionais, pode trazer dados valiosos para pensar a estrutura, a forma e o conteúdo da atual política pública destinada para a educação, que se promove na cidade e no campo.

Dentre os organismos internacionais e nacionais, citados nos textos e documentos utilizados para a construção deste texto, destacam-se alguns, na esperança de que novas pesquisas virão, para estudar esses organismos e as suas influências na década de 1950 no Brasil: 1) a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); 2) a Organização dos Estados Americanos (OEA); 3) a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); 4) a Organização das Nações Unidas (ONU); e 5) a Operação Pan-Americana (OPA).

Portanto, como consideração final deste trabalho, compreende-se que as décadas de 1940, 1950 e 1960 no Brasil, orientadas pelo desenvolvimentismo, irromperam o capitalismo moderno no país, este, assentado pela via da industrialização e caracterizado como o

período de substituição de importações. Nesse contexto, de pós-guerra, as medidas nacionais e internacionais orientaram-se no sentido de afastar qualquer ameaça comunista que pudesse adentrar e se fixar no país. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico e a consolidação da democracia burguesa capitalista se constituíam como o âmago das ações do Estado brasileiro, juntamente com as parcerias estabelecidas com os organismos internacionais. Como contribuição e alavanca para esse processo de desenvolvimento econômico, são criados o INEP, o CBPE e seus CRPE, com objetivos claros de modernizar os sistemas de ensino do país, produzindo dados sobre a realidade educacional existente nesse período e tornando a educação um instrumento para a constituição de uma sociedade moderna, assentada na industrialização – no âmbito da economia – e em bases científicas – no âmbito da educação.

## Referências

BARONE, R. E. M. Educação e políticas públicas: questões para o debate. 1999. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/bts/263/boltec263a.htm>>. Acesso em: 29 maio 2012.

BATISTA, E. L.; CLARK, J. U.; PADILHA, C. A. T. As relações entre educação e trabalho sob a perspectiva do ideário nacional-desenvolvimentista no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). 2011. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/eraldolemebatistajorgeuilsonclarkcaioeaugustotoledopadilha.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOMFIM, M. I. Trabalho docente na Educação Básica: a atual agenda do Banco Mundial. *Revista Educação Profissional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/381/artigo2.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito de desenvolvimento do ISEB revisitado. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia, 2004. Disponível em: <[http://www.sep.org.br/artigo/9\\_congresso\\_old/ixcongresso71.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/9_congresso_old/ixcongresso71.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2011.

CHAVES, M. W. Desenvolvimentismo e pragmatismo: o ideário do MEC nos anos 1950. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 705-725, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a1036129.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

CUNHA, M. V. da. A educação no período Kubitschek: os Centros de Pesquisas do INEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 72, n. 171, p. 175-195, maio/ago. 1991. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/435/440>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

CUNHA, M. V. da. O mundo em movimento: John Dewey em periódicos educacionais brasileiros. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Caxambu. 2000. *Anais...* Rio de Janeiro, 2000. p. 107-128. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0220t.PDF>>. Acesso em: 08 maio 2013.

EVANGELISTA, O. Políticas educacionais, privatização e formação do professor no Brasil. Disponível em: <<http://www.gepeto.ced.ufsc.br/arquivos/capitulodelivro.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2012.

FERREIRA, M. S. Usos e funções dos estudos promovidos pelos Centros de Pesquisas do Inep entre as décadas de 1950 e 1970. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 89, n. 221, p. 72-89, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1280/1119>>. Acesso em: 24 maio 2011.

HIDALGO, A. M.. A implementação dos modelos sistêmicos de gestão no sistema público de ensino do estado do Paraná. *Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá*, v. 2, n. 1, p. 03-14, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/viewArticle/71>>. Acesso em: 29 maio 2012.

HUXLEY, J. Carta a Anísio Teixeira, Nova Iorque, 12 jun. 1946. Carta publicada em VIANA FILHO, Luís. *Anísio Teixeira: a polêmica da educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 105-106. Disponível em: <<http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br/cartas/huxley.htm>>. Acesso em: 25 Nov. 2011.

MARANHÃO, R. O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964). In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. p. 257-294.

MELO, A. de. A educação básica na proposta da Confederação Nacional da Indústria nos anos 2000. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 29-45, 2012.

MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. O Inep no contexto das políticas do Mec (1950/1960). 2011. Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n1/numero1-artigo6.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2011.

OLIVEIRA, D. A. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 26, n. 92, p. 753-775, out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a03.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2012.

SANTIL, S. de O. O populismo na academia: análises do conceito nas obras de Francisco Weffort, Octavio Ianni e Leôncio Martins Rodrigues. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA. TENDÊNCIAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2., Curitiba: UFPR, 2010. *Anais...* Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT01/Saulo%20de%20Oliveira%20Santil.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. *Política educacional*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, C. C. A concepção do Banco Mundial sobre desenvolvimento e educação. In: SILVA, C. C. (Org.). *Banco Mundial em foco: um ensaio sobre a sua atuação na educação brasileira*. 2005. Disponível em: <[http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2348/1/banco\\_mundial\\_](http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2348/1/banco_mundial_)

em\_foco.pdf>. Acesso em: 29 maio 2012.

TEIXEIRA, A. Discurso de posse do professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 46, p. 69-79, abr./jun. 1952.

XAVIER, L. N. Regionalização da pesquisa e inovação pedagógica: os Centros de Pesquisas Educacionais do Inep (1950-1960). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n. 194, p. 81-92, jan./abr. 1999. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/201/202>>. Acesso em: 13 maio 2011.

ZULUAGA NIETO, J.. La Libertad y la democracia como Instrumentos de dominación. In: GUERRERO ANTEQUERA, M. et al. *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/cecen/13nieto.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

Recebido em 16/10/2014  
Aprovado em 09/03/2015